

A AUDIODESCRIÇÃO DIDÁTICA: estudo de caso da potencialização do processo ensino-aprendizagem de uma criança com deficiência visual em atendimento psicopedagógico

COSTA, Nicole Garcia¹; ROCHA, Larissa Abranches Arthidoro Coelho²



¹ Graduação Pedagogia - UNIFAGOC.

² Docente Pedagogia - UNIFAGOC

RESUMO

O presente estudo teve por objetivo investigar, sob as óticas teórica e prática, os impactos da audiodescrição didática como recurso pedagógico de potencialização ao processo ensino-aprendizagem de uma criança com deficiência visual em atendimento psicopedagógico. Abordando a temática que envolve uma questão socialmente relevante, a audiodescrição didática foi referenciada teoricamente por diversos autores que estudaram sobre esse fenômeno, assunto ainda pouco discutido frente à sua importância. Para a realização deste trabalho, optou-se por um estudo de caso com caráter qualitativo, efetuando uma entrevista com a psicopedagoga e com a família da criança em estudo. Os resultados foram obtidos através da comparação de momentos distintos na visão dos entrevistados e compilados em um quadro de evoluções da criança. Concluiu-se que o recurso da audiodescrição didática gera grandes impactos positivos aos deficientes visuais na potencialização dos conhecimentos através de recursos pedagógicos, o que implicará em habilidades e atitudes que antes não eram notadas, fazendo com que se sintam respeitados e incluídos dentro dos seus direitos.

Palavras-chave: Audiodescrição Didática. Deficiência Visual. Processo Ensino-Aprendizagem. Potencialização do conhecimento.

INTRODUÇÃO

A audiodescrição didática é um recurso pedagógico de notoriedade, valioso para a inclusão, como fonte de acessibilidade educativa, caracterizando-se como tema inovador que vem conquistando espaço na perspectiva da educação inclusiva. Apesar de poucos estudos na área, vê-se a preocupação dos profissionais em desenvolver o processo ensino-aprendizagem, a potencialização do conhecimento e a geração da autonomia em crianças com deficiência visual.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96 e a Constituição Federal de 1988 determinam que a educação é direito de todos e o atendimento educacional especializado deve ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988; BRASIL, 1996).

Não obstante, pertencer à escola comum não garante a inclusão na sua totalidade, já que esta não estará efetivada sem que o aluno esteja amparado pela

comunidade escolar e atendido em suas necessidades. Portanto, os educandos precisarão de múltiplas possibilidades e recursos a serem utilizados para alcançar a sua singularidade.

Segundo Carvalho (2017), a pessoa com deficiência visual compreende melhor por meio dos estímulos sonoros o que está acontecendo à sua volta e otimiza cada vez mais suas interações sociais, ou seja, em casa, no trabalho, na escola, na faculdade, entre outros.

Uma das emergentes possibilidades utilizadas na sala de aula é a descrição de imagens para alunos cegos e com baixa visão, que apresentam dificuldades concernentes à aprendizagem, na medida em que, gradualmente, os docentes empregam a visualidade para ensinar, impondo barreiras ainda maiores a essa parcela populacional.

Motta (2015) salienta que a audiodescrição apresenta, em seus basilares, estímulos educativos inclusivos provenientes de seu propósito como recurso comunicacional ampliador de melhor entendimento, maior capacidade interpretativa e, fatorialmente, maior desenvolvimento acadêmico, aprimorando o processo de aprendizagem e as relações interpessoais no contexto escolar.

Nesse viés, por vezes, as ações pedagógicas no âmbito escolar não abarcam todas as necessidades educativas da criança com deficiência visual, sendo eficaz acrescentar atendimentos psicopedagógicos clínicos de maneira a aportar o aprofundamento de ações estratégicas ao desenvolvimento pedagógico qualitativo dessa classe de alunado na efetivação da inclusão.

De acordo com Silva (2015), o trabalho do psicopedagogo funciona como agente preventivo, intervindo na relação professor-aluno com o intuito de diminuir ou coibir que existam maiores dificuldades no processo ensino-aprendizagem.

Tal afirmativa reporta a fundamentações teóricas referentes à temática, instigando ao aprofundamento do seguinte problema: qual é o impacto da audiodescrição didática realizada em atendimento psicopedagógico na mediação do processo ensino-aprendizagem de uma criança com deficiência visual, cursante do segundo ano do Ensino Fundamental I em rede regular de ensino?

O presente estudo visa investigar, sob as óticas teórica e prática, os impactos da audiodescrição didática como recurso pedagógico de potencialização ao processo ensino-aprendizagem de uma criança com deficiência visual em atendimento psicopedagógico.

REFERENCIAL TEÓRICO

Deficiência visual: revelando conceitos

De acordo com Sá e Simão (2010), as pessoas com deficiência visual eram vistas socialmente como pessoas que viviam nas trevas, imersas em escuridão associada à completa ausência de luz, devido à falta de visão. As pesquisadoras supracitadas destacam ainda que as crenças e os mitos que povoam o imaginário social sobre a falta da visão transparecem em falas, gestos e posturas das pessoas, o que reflete o desconhecimento das peculiaridades da cegueira e de suas reais consequências (SÁ; SIMÃO, 2010).

Em consonância a essas concepções equívocas que ainda perpassam o mundo, cabe aos seres humanos romper as barreiras que dificultam ou impedem a proximidade e o relacionamento. Assim, muitos mitos estão sendo derrubados ao se consentir o olhar e a escuta ao próximo no atendimento de suas necessidades sem preconceções.

Neste viés, o Instituto Benjamin Constant (IBC) foi o primeiro educandário para cegos na América Latina e é a única Instituição Federal de ensino destinada a promover a educação das pessoas cegas e das portadoras de baixa visão no Brasil. Além de ter criado a primeira Imprensa Braile do País (1926), tem-se dedicado a capacitação de recursos humanos, a publicações científicas e a inserção de pessoas deficientes visuais no mercado de trabalho. (BRUNO; MOTTA, 2001, p. 27).

Bruno e Motta (2001) destacam ainda que, devido ao suporte do IBC, inúmeras regiões do país começaram a oferecer educação para pessoas com deficiência visual em salas de recursos, salas especiais e Centros de Apoio Pedagógico. Além disso, as universidades criaram cursos de capacitação de professores e Centros de Atendimentos com Núcleos de Estudos.

Para Bruno e Motta (2001), o conceito de deficiência visual abrange dois grupos diversos: a cegueira, que pode ser subdividida em congênita ou adventícia, e a baixa visão. As pessoas com baixa visão fazem parte de um grupo bastante heterogêneo devido às diferentes patologias, níveis e qualidade da visão residual, capacidade e eficiência visual e, principalmente, quanto às necessidades ópticas específicas.

De acordo com a legislação brasileira, o Art. 5º do Decreto Federal nº. 5.296/2004 destaca as seguintes definições para deficiência visual:

Cegueira, é considerada uma deficiência na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; Divide-se em: 1) Cegueira congênita, que é a ausência da visão manifestada durante os primeiros anos de vida; e, 2) Cegueira adventícia (usualmente chamada de adquirida), que é a perda da visão de forma imprevista ou repentina. É ocasionada por causas orgânicas ou acidentais. Baixa visão corresponde à acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no olho de melhor visão e com a melhor correção óptica. Considera-se também baixa visão quando a medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60 graus ou ainda quando ocorrer simultaneamente quaisquer das condições anteriores. (BRASIL, 2004).

A deficiência visual pode resultar de variadas causas, como: glaucomas, cataratas, malformações oculares, traumas oculares, problemas relacionados à hipertensão e diabetes, dentre outras. Com a ausência da visão, os deficientes visuais têm um estímulo maior dos outros sentidos, que acabam suprimindo as necessidades, ocorrendo, assim, uma identificação dos sons, ruídos, odores e sensibilidades mais abrangentes.

Para Sá e Simão (2010), uma pessoa cega congênita constrói imagens e representações mentais na interação com o mundo que a cerca pela via dos sentidos remanescentes e da ativação das funções psicológicas superiores. A memória, a atenção, a imaginação, o pensamento e a linguagem são sistemas funcionais dinâmicos que colaboram decisivamente para a organização da vida em todos os seus aspectos.

A deficiência visual no caminho da inclusão

A escola é um lugar decisivo para a vida de um aluno, principalmente para aqueles que possuem alguma deficiência, e quebrar essa barreira não é uma tarefa simples. No entanto, segundo Cruz (2016), a instituição escolar, na conjectura de uma educação inclusiva, necessita romper as barreiras de aquisição de conhecimentos meramente pedagógicos dando amplitude a estes, visando à concretude também da valorização das individualidades dos alunos, incentivando suas potencialidades e competências, minimizando suas limitações, além de buscar encaminhar propostas criativas de ensino, as quais diversifiquem as formas de aprendizagem.

Portanto, falar de inclusão de aluno com deficiência visual na escola implica destacar o princípio da escola inclusiva segundo a Declaração de Salamanca (1994):

Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. Na verdade, deveria existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola. (BRASIL, 1994).

Além dos direitos que os alunos com deficiência visual possuem, o ambiente escolar também deve se preparar para atender à demanda, dispondo de materiais didáticos adaptados, acessibilidade estrutural, professores devidamente capacitados e equipamentos especializados para auxiliar os discentes no processo de aprendizagem. Ou seja, é essencial refletir e compreender a escolarização desses alunos sob as diferentes trajetórias que irão percorrer ao longo da vida.

Nesse sentido, os alunos com deficiência visual devem ser igualmente estimulados para que participem de todas as atividades, pois possuem as mesmas possibilidades de desenvolvimento e aprendizagens que outros alunos videntes. Segundo Cruz (2016), na aprendizagem da criança com cegueira, o tato, a audição e a linguagem são as principais vias de acesso para o processo de construção do conhecimento.

Um dos elementos fundamentais para a construção do conhecimento dos alunos com cegueira e baixa visão é a mediação adequada dos profissionais que vão orientar essa aprendizagem. Assim, os mediadores precisam explorar vários campos que os alunos devem atingir para uma melhora da qualidade de vida como: o convívio social, ambientes promissores para explorações táteis e contato com a escrita Braille,

atividades instigantes sobre leitura e escrita e atividades que levem o aluno a atingir sua autonomia nas tarefas de vida diária.

Para que ocorra uma aprendizagem mais efetiva, os deficientes visuais contam com a contribuição das adaptações curriculares e das tecnologias assistivas como: auxílios ópticos e não ópticos, contrastes, ampliação, recursos para posicionamento do material, pauta ampliada, audiodescrição, entre outras. Aranha (2003) enfatiza que a escola para todos requer uma dinamicidade curricular que permita ajustar o fazer pedagógico às necessidades dos alunos.

Ver as necessidades especiais dos alunos atendidas no âmbito da escola regular requer que os sistemas educacionais modifiquem, não apenas as suas atitudes e expectativas em relação a esses alunos, mas, também, que se organizem para constituir uma real escola para todos, que dê conta dessas especificidades. (ARANHA, 2003, p. 33).

A audiodescrição no campo educacional

Em consonância com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a educação inclusiva se fortaleceu como uma ação política, social, cultural e pedagógica, na luta em defesa aos direitos de os alunos estarem juntos sem qualquer tipo de discriminação. Nesse sentido, “avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola” (BRASIL, 2008, p. 5).

Segundo dados do Censo 2010, feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil, existem mais de 6,5 milhões de pessoas com deficiência visual, sendo 582 mil cegas e seis milhões com baixa visão. Nesse sentido, com o intuito de diminuir as barreiras da acessibilidade comunicacionais e atitudinais encontradas pelas pessoas com deficiência, surge o recurso da audiodescrição que vem sendo um facilitador no cotidiano dos deficientes visuais, gerando mais autonomia nas tomadas de decisões e uma autossuficiência da própria vida.

A audiodescrição é um recurso de tecnologia assistiva que se concretiza como uma atividade de mediação linguística, uma modalidade de tradução intersemiótica, que transforma o visual em verbal, abrindo possibilidades maiores de acesso à cultura e à informação, contribuindo para os processos de inclusão cultural, social e escolar. Além das pessoas com deficiência visual, a audiodescrição amplia também o entendimento de pessoas com deficiência intelectual, idosos e disléxicos. (MOTTA; ROMEU FILHO, 2010, p. 7).

Esse recurso pode ser realizado de três diferentes formas: gravada, ao vivo e simultânea e deve ser feito por um profissional conhecido como audiodescritor. Um dos desafios no campo de trabalho desses profissionais é procurar as palavras mais adequadas e precisas para descrever uma imagem estática ou uma imagem dinâmica.

Para Teles (2014), o audiodescritor precisa ser um leitor capaz de decodificar a intencionalidade do texto, transmitindo as informações interpretadas de forma clara e objetiva, procurando ser o mais fiel possível na hora de descrever os conteúdos. O audiodescritor deve apenas descrever o que está vendo, sem acrescentar o que acha.

Portanto, é notória a importância da utilização das tecnologias assistivas no ambiente escolar, certificando-se de que o professor, no contexto educacional inclusivo, exerce um papel essencial na tradução visual dos conteúdos para uma melhor construção imagética ou o melhor entendimento das imagens (imagens de livros, imagens de filmes ou documentários, imagens apresentadas em slides, dentre outras) apresentadas no contexto educacional.

É evidente a necessidade de inserir a audiodescrição em sala de aula, conjuntamente a um trabalho em equipe dos professores que leve à construção de uma proposta pedagógica, a qual auxilie no processo educacional de alunos com deficiência visual, respeitando as suas características pessoais e escolares, bem como suas singularidades.

Atendimento psicopedagógico à criança com deficiência visual em processo de potencialização

A Psicopedagogia sofreu várias ascensões ao longo dos anos e, com isso, intensificou ainda mais seu campo de atuação e intervenções educativas. Os psicopedagogos foram vivenciando a necessidade de uma evolução na formação e, por meio de aprofundamentos de estudos, adquiriram conhecimentos teóricos advindos de áreas afins que corroboram as estratégias de desenvolvimento integral do ser humano.

De acordo com Bossa (2011), o papel do psicopedagogo clínico é gerar um ambiente de aprendizagem, ofertando ao indivíduo oportunidades de explorar o que está a sua volta e o que lhe impede de aprender, para que, juntos, possam modificar uma história de não aprendizagem. Além disso, para que o psicopedagogo obtenha grandes avanços com o aluno, é necessário um diagnóstico preciso e uma eficiente intervenção.

O psicopedagogo em processo terapêutico vai ser um mediador, o qual desenvolverá técnicas remediativas na intervenção pedagógica, na orientação e apoio aos pais e professores, estabelecendo um contato com os outros profissionais que estão trabalhando com aquele aluno, buscando sempre um caminho mais efetivo.

Em meio ao cenário atual vivenciado e às informações acuradas acerca dessa temática, uma pessoa com deficiência visual que faz acompanhamento psicopedagógico deve ter na sua intervenção a audiodescrição (MOTTA, 2015). Por meio dessa técnica assertiva, o profissional apresenta um suporte maior para a promoção das intervenções psicopedagógicas e orientação à família e à escola, para que concedam à criança com deficiência visual todo o suporte necessário.

A audiodescrição no consultório funciona como uma transcrição de imagens e atividades. O psicopedagogo irá direcionar o aluno na atividade e audiodescrever os detalhes, ou seja, ele abre perspectivas, cria comunicação e dá oportunidade a todos de verem e terem acesso ao conteúdo. Motta (2015, p. 3) acrescenta que “o recurso aumenta o senso de observação, amplia a percepção e o entendimento, mostra e desvela detalhes que passariam despercebidos”.

Ainda destacando a audiodescrição, o profissional deve se atentar para a forma como atua dentro dessa técnica, pois ele irá “descrever o universo imagético presente em sala de aula com ilustrações nos livros didáticos, livros de histórias, gráficos,

mapas, vídeos, fotografias, desenhos, peças de teatro, passeios, filmes, entre outros” (CARVALHO, 2017, p.21) e contextualizar o que está sendo proposto. Além disso, o psicopedagogo clínico pode fazer uma orientação aos profissionais que atuam com a criança na escola, auxiliando e explicando a eles como fazer as adaptações necessárias para que juntos avancem na continuação do atendimento fora da clínica.

METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho de cunho pedagógico, foi desenvolvida uma pesquisa experimental e aplicada, com abordagem qualitativa e bibliográfica, através de um estudo de caso, que tem um caráter descritivo e exploratório.

De acordo com Gil (2008), a pesquisa experimental consiste em determinar um objeto de estudo, selecionar as variáveis que seriam capazes de influenciá-lo, definir as formas de controle e de observação dos efeitos que a variável produz no objeto.

Esta pesquisa é bibliográfica por ser desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos e estudo de caso, pois consiste no estudo profundo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento (GIL, 2008).

Segundo Dalforo *et al.* (2008), é uma pesquisa qualitativa quando trabalha com informações, comportamentos e compreensões coletadas pelo pesquisador, relacionada no levantamento de dados de uma população. Além disso, trata-se de uma pesquisa aplicada, que irá gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos.

Este trabalho possui caráter exploratório com finalidade de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias para a formulação de problemas primordiais ou hipóteses a serem exploradas e descritivo por apresentar como objetivo fundamental a descrição das características de certa população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 2008).

Esta pesquisa foi realizada com uma criança, do sexo feminino, com 7 anos de idade, cursante no segundo ano do Ensino Fundamental I, com um histórico de deficiência visual congênita, que recebe atendimento psicopedagógico em apoio às atividades escolares.

Como instrumento para coleta de dados das informações na primeira parte, foi realizado um Plano de Atividades para ser aplicado durante o atendimento da profissional de Psicopedagogia, a fim de audiodescrever todas as informações necessárias para a criança.

Na segunda parte, efetuou-se uma entrevista com a profissional e com a família, para que relatassem a evolução que identificaram na criança, de acordo com o nível em que ela se encontrava antes da utilização desse método.

De acordo com Ribeiro (2008, p. 141), a entrevista é tratada como:

A técnica mais pertinente quando o pesquisador quer obter informações a respeito do seu objeto, que permitam conhecer sobre atitudes, sentimentos e valores subjacentes ao comportamento, o que significa que se pode ir além das descrições das ações, incorporando novas fontes para a interpretação dos resultados pelos próprios entrevistadores.

Acredita-se que este estudo seja relevante para outros profissionais que se interessem pela área pesquisada e que desejem aplicar o método, para que obtenham resultados mais efetivos e positivos com os alunos.

Os resultados foram obtidos através da comparação de momentos distintos na visão dos entrevistados e compilados em um quadro de evoluções da criança. Este trabalho foi realizado com autorização prévia dos participantes, os quais terão suas identidades mantidas em sigilo, além de comprometimento dos valores éticos ao profissional vinculado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Partindo da análise de conteúdo das informações coletadas nas entrevistas com a Psicopedagoga e com a mãe da criança, verificaram-se grandes evoluções no desenvolvimento integral da criança.

De acordo com a psicopedagoga, a criança se encontra em atendimento há dois anos e meio e obteve muitas experiências positivas. Ela acredita que a audiodescrição didática seja uma ferramenta pedagógica de adaptações curriculares no âmbito educativo e social, geradora de clareza quanto aos objetos, formas, cores, entre outros e dos fatos circundantes a pessoa com deficiência visual.

Motta (2015) afirma que o conhecimento sobre o recurso, suas vantagens, aplicabilidade e procedimentos permitirá que possa ser aplicado como ferramenta, o que sem dúvida poderá contribuir para o enriquecimento do agir pedagógico e para o acesso de mais possibilidades de aprendizagem para os alunos cegos e com baixa visão, além de alunos com deficiência intelectual, alunos com dislexia, com déficit de atenção, autistas e, mesmo, alunos sem deficiência.

Ao ser questionada sobre as facilidades e dificuldades encontradas na aplicação do método, a psicopedagoga afirmou que não vê facilidades na aplicação, pois é necessário intenso estudo e dedicação. Uma das maiores dificuldades, segundo ela, é a busca incessante por encontrar as melhores e mais adequadas palavras, para que efetivamente a pessoa com deficiência visual assistida consiga dar “vida” ao que é descrito.

Para Silva (2015), o conhecimento da técnica é essencial para que os professores possam executar essa função de elo entre as imagens e os conteúdos delas verbalizados para os alunos com deficiência visual, ajudando-os a amenizar essa dificuldade.

Quando interrogada sobre as evoluções apresentadas pela criança, a profissional declarou que houve grandes evoluções quanto ao desenvolvimento escolar e contribuições de ordem pessoal, como: melhor construção de pensamento, maior capacidade interpretativa, ordenamento de fatos, execução de atividades de vida diária, independência e segurança para ordens simples gerando autonomia e motivação. Relatou ainda que o ponto mais gratificante de toda essa aplicação se concentra no brilho do olhar e na alegria da criança em conseguir compreender o mundo que a cerca por meio da audiodescrição didática.

De acordo com Motta (2015), as imagens representam um papel muito valioso no processo ensino aprendizagem, além da linguagem. Elas ilustram, provocam reflexões e emoções, estimulam, motivam, promovem a curiosidade, completam e

antecipam os sentidos que serão construídos pela leitura, auxiliando a compreensão do próprio texto.

Ao final da entrevista, a psicopedagoga destacou os impactos que a audiodescrição didática gerou: maior percepção das habilidades e competências, maior enfrentamento para minimizar suas limitações, maior assimilação e acomodação dos conteúdos escolares, que repercutiu em um processo ensino-aprendizagem mais significativo e qualitativo, apresentando melhorias no rendimento escolar.

Em conformidade, a mãe da criança complementou o que foi dito pela profissional. Quando questionada sobre alguma mudança de vida da criança após a técnica, ela contou que a criança se sentia na escuridão e tudo era muito confuso. Hoje, com a audiodescrição didática, ela consegue estruturar o pensamento sobre o que lhe é apresentado, e tudo ganhou forma, cor e tamanho.

Haase (2014) afirma que a audiodescrição é um recurso capaz de aumentar o nível de entendimento e compreensão das pessoas com deficiência visual, promovendo assim o aumento da independência, autonomia e autossuficiência em suas vidas.

A mãe, ao ser interrogada sobre uma melhora na comunicação e qualidade de vida da criança, relatou que a psicopedagoga orientou como ela deveria proceder no dia a dia da filha, continuando a audiodescrição em tudo o que ela for realizar para que seja uma constante no Quadro 1 (Evoluções da criança na visão dos entrevistados). A mãe destacou que, quando alguém descreve algo detalhado para a filha, ela consegue formar a imagem na cabeça, como se ela estivesse visualizando. “A audiodescrição é como se fossem os olhos dela” – afirmou.

Segundo Isa Freire (2000, p. 144), “a mediação do adulto é a principal coluna que sustenta o processo de aproximação de experiência pela criança, pois é ele que organiza o ambiente onde ela vive, além de ser responsável pela sua educação”.

De acordo com a mãe, a audiodescrição didática fez a filha descobrir o mundo. Antes dessa técnica, ela não tinha interesse, ficava triste, era uma luta para realizar as tarefas e parecia que não entendia nada, ficava tudo no ar – afirmou. Ela revelou ainda os impactos que audiodescrição trouxe para a filha: melhora da interação familiar e social, melhora da qualidade de vida e uma ampliação da memória, atenção e imaginação.

Quadro 1: Evoluções da criança na visão dos entrevistados

	Antes	Depois
Profissional	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade de ordenação dos fatos; • Muita dependência de outras pessoas; • Falta de interesse; • Baixo rendimento escolar por incompreensão; • Insegurança para ordens simples. 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhor construção do pensamento; • Maior capacidade interpretativa; • Execução de atividades de vida diária; • Motivação e autonomia; • Melhora do rendimento escolar.

Família	<ul style="list-style-type: none"> • Incompreensão; • Não era participativa; • Perda do interesse; • Criança triste; • Dificuldade nas atividades escolares. 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhora da compreensão; • Melhor interação familiar e social; • Estruturação do pensamento; • Criança mais feliz; • A vida ganhou mais sentido.
---------	---	---

Fonte: elaborado pela autora (2020).

De acordo com as evidências, percebe-se a necessidade de inserir a audiodescrição em sala de aula, a fim de que se obtenha um trabalho em conjunto dos professores para a construção de uma proposta pedagógica que ampare o processo educacional dos alunos com deficiência visual, com base nas suas características pessoais e escolares, bem como suas singularidades (CRUZ, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo foi realizado com o objetivo de investigar os impactos da audiodescrição didática como recurso pedagógico de potencialização ao processo ensino-aprendizagem de uma criança com deficiência visual em atendimento psicopedagógico. A análise da pesquisa foi efetuada a partir das respostas das entrevistas com a família e a psicopedagoga da criança, resultando em um quadro de evoluções do antes/depois da criança.

Diante dos resultados obtidos na aplicação da pesquisa, a psicopedagoga confirma os benefícios que a audiodescrição traz para a vida de pessoas que a utilizam. Ela evidencia que, para se munir desse método, é necessário intenso estudo e dedicação, sendo essencial o engajamento do audiodescritor ao tentar encontrar palavras adequadas para que consiga gerar vida ao que é descrito. Ela enfatiza ainda as grandes evoluções, percepções, habilidades e competências que a criança obteve com a técnica.

Em complemento, a mãe da criança destaca a importância que a audiodescrição trouxe para a vida da filha, servindo de apoio para que atingisse todos os seus objetivos, seja pedagógico ou na vida diária. Ela também relata como é fundamental a continuação da audiodescrição no cotidiano da filha e não só utilizar a técnica dentro do espaço escolar.

O desenvolvimento desse tema abre novas perspectivas e esperanças para um universo mais amplo aos deficientes visuais. Muitos filmes, teatros, emissoras de televisão, entre outros, já possuem conteúdos transmitidos com audiodescrição para facilitar o entendimento e conhecimento do ouvinte sobre o que está sendo passado.

Contudo, pode-se perceber que os resultados obtidos na pesquisa vão ao encontro dos objetivos traçados no início, revelando que a audiodescrição é uma técnica confiável e que gera resultados positivos e estimulantes aos deficientes visuais. Dessa forma, eles adquirem maior independência, autonomia, motivação, capacidade de interpretação, interação, entre outros benefícios que fazem com que sintam mais vontade em aprender o desconhecido.

Nesse sentido, conclui-se que o recurso da audiodescrição didática gera grandes impactos positivos aos deficientes visuais na potencialização dos conhecimentos

através de recursos pedagógicos, o que implicará habilidades e atitudes que antes não eram notadas, fazendo com que se sintam respeitados e incluídos dentro dos seus direitos. O professor/ audiodescritor deve ter cuidado ao transmitir todos os conteúdos abrangidos dentro do ambiente escolar, procurando sempre as palavras mais adequadas e objetivas, a interação da turma com o aluno com deficiência e tornar tudo mais dinâmico e natural.

Não é pretensão deste trabalho findar o tema aqui discutido. Ao contrário, esta pesquisa pode ser considerada um passo inicial para novos estudos e pesquisas que tenham a finalidade de favorecer avanços significativos no campo da audiodescrição didática, engrandecendo e qualificando ainda mais o tema abordado.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, M. S. F. **Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais**. Coordenação geral: SEESP/MEC. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2003.
- BARDIN, L. **L'analyse de contenu**. Editora: Presses Universitaires de France, 1977.
- BOSSA, N. **A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. 4. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.
- BRASIL. **Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 2 mar. 2020.
- BRASIL. **Ministério da Educação**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96. Brasília, DF, 1996.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2020.
- BRUNO, M. M. G.; MOTTA, M. G. B. da. **Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental: deficiência visual**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, v.1, 2001.
- CARVALHO, M. D. **Educação, arte e inclusão: audiodescrição como recurso artístico e pedagógico para a inclusão das pessoas com deficiência**. Mestrado em Educação. Dourados: UFGD, 2017.
- CRUZ, A. M. L. **A audiodescrição na mediação de alunos com deficiência visual no ensino médio: um estudo com a disciplina de Geografia**. Tese [Doutorado]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.
- DALFORO, M. S.; LANA, R. A.; SILVEIRA, A. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, v. 2, n. 3, 2008.

FREIRE, Isa Maria. Um olhar sobre a diferença: Interações e experiências dos adultos com a criança não visual. In: BIANCHETTI, L; FREIRE, I. M. **Um olhar sobre a diferença: Interação, trabalho e cidadão**. 3. ed. Campinas: Papirus, SP. 2000.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HAASE, Catherine. **A inclusão social e as mediações na recepção da comunicação mercadológica televisiva por pessoas com deficiência visual**. 2014. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), São Bernardo do Campo, 2014.

IBGE. Censo Demográfico 2010: **Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_religiao_deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia_tab_pdf.shtm. Acesso em: 24 mar. 2020.

MOTTA, L. M. V. M. **A audiodescrição na escola: abrindo caminhos para a leitura de mundo**, 2015. Disponível em: <https://vercompalavras.com.br/pdf/a-audiodescricao-na-escola.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.

MOTTA, L. M. V. de M.; ROMEU FILHO, P. **Audiodescrição: transformando imagens em palavras**. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010.

RIBEIRO, E. A. A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. **Evidência: olhares e pesquisa em saberes educacionais**, Araxá/MG, n. 04, p.129-148, maio 2008.

SÁ, E. D. de; SIMÃO, V. S. Alunos com cegueira. In: DOMINGUES, C. dos A. *et al* (org). **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: os alunos com deficiência visual: baixa visão e cegueira**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/43214>. Acesso em: 07 mar. 2020.

SILVA, L. C. da. **Audiodescrição: um recurso facilitador para aprendizagem da pessoa com deficiência visual no ensino superior**. Repositório da UFPB: João Pessoa, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/1217/1/LCS19092016>. Acesso em: 25 fev. 2020.

TELES, V. C. **Audiodescrição do filme a mulher invisível: uma proposta de tradução à luz da estética cinematográfica e da semiótica**. Brasília: Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução, Universidade de Brasília, 2014. Disponível em : https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/17127/1/2014_VeryanneCoutoTeles.pdf. Acesso em: 15 mar. 2020.